



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA



UNIVERSIDAD
NACIONAL DE
INGENIERÍA

ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA
ENTRE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
E A
UNIVERSIDAD NACIONAL DE INGENIERIA

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, a seguir denominada UFPB, uma Instituição de Ensino Superior reconhecida pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, (www.ufpb.br) cuja reitoria está localizada na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba – Brasil, representada legalmente por seu Reitor, Sr. Valdiney Veloso Gouveia, legitimado para este ato em virtude das atribuições que tem conferido segundo a publicação no Diário Oficial da União, seção 02, edição 211, p.01, de 05 de novembro de 2020.

E a UNIVERSIDAD NACIONAL DE INGENIERIA, a seguir denominada UNI, uma Instituição de Ensino Superior, com sede na Av. Túpac Amara 210 – Rimac – Lima – Peru, neste ato representada por seu Reitor, Professor Doutor Pablo Alfonso Lopez Chau Nava.

Considerando que o desenvolvimento da cooperação acadêmica internacional é benéfico para ambas às instituições, e desejando reforçar essa cooperação, a UFPB e a UNI, concordam em celebrar o presente Acordo Geral de Cooperação que se regerá pelas seguintes:

CLÁUSULAS

PRIMEIRA – As instituições parceiras concordam que o objeto deste instrumento é o estabelecimento de bases gerais de cooperação em todas as áreas de ensino, extensão e pesquisa consideradas de interesse mútuo.

SEGUNDA – Para cumprimento da cláusula anterior, as partes concordam que poderão considerar as seguintes formas de cooperação:



Reg. OAJ UNI
Nº 078-2023

N

- a) Intercâmbio de professores, pesquisadores e alunos de todos os ciclos;
- b) Desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa;
- c) Organização e participação em seminários, conferências, oficinas e outros encontros acadêmicos;
- d) Publicação conjunta de relatórios de pesquisa, artigos, livros, etc.;
- e) Intercâmbio de material e publicações acadêmicas;
- f) Realização de programas de dupla titulação ou titulação conjunta em cotutela de tese, obedecendo à legislação de cada instituição;
- g) E o que mais concordarem como partes.

TERCEIRA – Cada modalidade de cooperação estabelecida com base na cláusula anterior deverá ser formalizada por meio de convênios específicos anexados ao presente acordo e deverão conter: programação, pessoal participante, recursos necessários, financiamento, procedimentos de avaliação e sequência das atividades programadas, bem como todos os dados e documentos necessários para determinar os fins e objetivos de cada um dos dois convênios específicos.

QUARTA – As atividades desenvolvidas com base no presente acordo acadêmico terão a supervisão e coordenação dos responsáveis pela área internacional de cada instituição, ou por aqueles oficialmente designados para representá-los.

QUINTA – As partes poderão recorrer a instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para obtenção dos recursos necessários ao financiamento, total ou parcial, do desenvolvimento das atividades que se realizem no âmbito do presente convênio, quando considerarem necessário.

SEXTA – As partes concordam expressamente em manter a confidencialidade das informações e dos produtos que resultem dos projetos de pesquisa, bem como todas as informações que não sejam de domínio público e às quais possam ter acesso na estrutura deste documento.

SÉTIMA – As partes concordam que as publicações de diversas categorias (artigos, folhetos, etc.), bem como as coproduções e difusões objeto do presente instrumento, serão realizadas de comum acordo.

Da mesma forma, concordam que a titularidade dos direitos de propriedade intelectual e industrial que resultem das atividades desenvolvidas no âmbito do presente convênio, corresponderá à parte cujo pessoal tenha realizado o trabalho. Se for produto de trabalho conjunto, as partes dividirão a titularidade dos direitos de acordo com sua participação nas atividades. Em todos os momentos, as partes outorgarão o devido reconhecimento às pessoas que participaram no desenvolvimento das mesmas.

No caso em que uma das partes deseje utilizar as informações ou resultados de uma investigação fornecida pela outra parte em sua própria publicação, deverá solicitar previamente a esta uma autorização por escrito e ajustar-se às disposições legais da matéria. Fica expressamente entendido que as partes poderão utilizar-se dos resultados obtidos nas atividades amparadas pelo presente instrumento, em suas



Reg. OAJ UNI
Nº 048-2023

tarefas acadêmicas e para fins de difusão, desenvolvimento institucional e aprovação acadêmica que corresponda.

OITAVA – As partes concordam que os funcionários ou membros de cada uma delas que sejam designados para a realização conjunta de qualquer ação, continuarão de forma absoluta sob a direção ou dependência da parte com a qual tenham estabelecido vínculo empregatício, independentemente de estar prestando seus serviços nas dependências de outra instituição para a qual foram designados, portanto, cada um deles assumirá sua responsabilidade e, em nenhum caso serão considerados empregadores solidários ou substitutos. Se na realização de um programa intervenham pessoas que prestem seus serviços a instituições ou pessoas distintas às partes, estas continuarão sempre sob a direção e dependência das referidas instituições ou pessoas, uma vez que sua intervenção não produzirá relação de trabalho com a UFPB e nem com a UNI.

NONA – Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos e prejuízos que venham a ocorrer por motivo de força maior ou caso fortuito que possa impedir a continuidade das atividades previstas no presente convênio ou seus instrumentos derivados, podendo ser retomadas nas mesmas condições e circunstâncias em que desapareceram as causas que motivaram a sua suspensão, até sua total conclusão.

DÉCIMA – O presente acordo entrará em vigor na data de sua última assinatura e será validade por um período de 5 (cinco) anos, ao término do qual poderá ser renovado por períodos iguais, mediante comunicação escrita das partes e a assinatura do documento correspondente. O presente acordo pode ser revisado ou modificado a qualquer momento, por mútuo acordo por escrito entre dos representantes autorizados das partes. As modificações serão obrigatórias para as partes a partir da data de sua assinatura. Da mesma forma, poderá ser rescindido unilateralmente mediante aviso por escrito à outra parte, com antecedência mínima de 3 (três) meses a contar da data determinada para tal fim. Esta decisão não afetará as atividades acadêmicas em andamento, as quais deverão prosseguir até ou após o seu término, de acordo com o programa, prazos e calendário acordados originalmente.

DÉCIMA PRIMEIRA – O presente contrato é assinado num espírito de boa fé e cooperação, razão pela qual as instituições competentes concordam em resolver, de forma amigável, qualquer controvérsia decorrente da interpretação, formalização e cumprimento do mesmo. Caso a reclamação não possa ser resolvida, a disputa será submetida a uma arbitragem. Cada instituição designará um membro do comitê de arbitragem e um terceiro membro será escolhido por um consenso mútuo.

Os representantes das instituições assinam o presente Acordo Geral de Cooperação em quatro vias originais, sendo duas (2) em português e duas (2) em espanhol, da mesma forma e teor, no local e data indicados.



Reg. OAJ UNI
Nº 078-2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Profº Valdiney Veloso Gouveia
Reitor

João Pessoa, 1/1

UNIVERSIDADE NACIONAL DE ENGENHARIA

Dr. Pablo Alonso Lopez Chau Nava
Reitor

Lima, 17/11/23



Reg. OAJ UNI
Nº 078-2023

Scanned with CamScanner





**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



**UNIVERSIDAD
NACIONAL DE
INGENIERÍA**

**CONVENIO GENERAL DE COOPERACIÓN ACADÉ-
MICA**
ENTRE LA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Y LA
UNIVERSIDAD NACIONAL DE INGENIERIA

LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA, en lo sucesivo denominada UFPB, una institución de enseñanza superior, reconocida a través de la Ley Federal 3.835, con fecha 13 de Diciembre 1960, CNPJ N° 24.098.477/0001-10 (www.ufpb.br) cuya oficina central está ubicada en Cidade Universitária - Campus I - Prédio da Reitoria, 1º andar - Castelo Branco - 58.059-900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil, legalmente representada en este acto por su Rector Profesor Doctor Valdiney Veloso Gouveia, en virtud de las atribuciones que tiene conferidas según la publicación en el *Diário Oficial da União*, sección 02, edición 211, p. 01, de 05 de noviembre de 2020

Y LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE INGENIERIA, en adelante denominada UNI, una institución de enseñanza superior, con sede en Av. Túpac Amara 210 – Rimac – Lima - Peru, representada en este acto, por su Rector, Professor Pablo Alfonso Lopez Chau Nava

Considerando que el desarrollo de la cooperación académica, científica y cultural es benéfico para ambas las instituciones, y deseando reforzar esa cooperación, la UFPB y la UNI, acuerdan en celebrar el presente Acuerdo General de Cooperación que se regirá por las siguientes

CLÁUSULAS

PRIMERA – Las instituciones partes acuerdan que el objeto del presente instrumento es para establecer las bases generales para la cooperación en todas las áreas de la enseñanza, extensión y de la investigación consideradas de interés mutuo.

SEGUNDA – A fin de ejecutar la cláusula anterior, las partes acuerdan que podrán considerar las siguientes formas de cooperación.



**Reg. OAJ UNI
Nº 678-2023**

- a) Intercambio de profesores, investigadores, personal administrativo y estudiantes de grado y postgrado, incluyendo doctorandos;
- b) Desarrollo conjunto de actividades de enseñanza e investigación;
- c) Organización y participación en seminarios, conferencias, talleres y otros encuentros académicos;
- d) Publicación conjunta de resultados de investigación, artículos, libros, etc.;
- e) Intercambio de material y publicaciones académicas;
- f) Realización de programas de doble titulación o titulación conjunta en co-tutela de tesis, de acuerdo a la legislación y normativa de cada institución.
- g) Las demás que acuerden las partes.

TERCERA – Cada forma de cooperación establecida en base a la cláusula anterior deberá formalizarse a través de convenios específicos adjuntos al presente, y deberán tener: programación, personal participante, recursos necesarios, financiación, procedimientos de evaluación y secuencia de las actividades programadas, así como todos los datos y documentos necesarios para determinar los fines y objetivos de cada uno de los convenios específicos.

CUARTA – Las actividades realizadas en base al presente acuerdo académico tendrán la supervisión y coordinación de las personas responsables por el área internacional de cada institución, o por aquellos oficialmente designados para que las representen.

QUINTA – Las partes podrán gestionar ante instituciones públicas o privadas nacionales o internacionales, la obtención de recursos necesarios para financiar, total o parcialmente, el desarrollo de las actividades que se realicen en el marco del presente convenio, cuando lo consideren necesario.

SEXTA – Las partes acuerdan expresamente mantener confidencialidad de la información y productos que surjan de los proyectos de investigación, así como de toda la información que no sea del dominio público y a la que podrían tener acceso en el marco de este documento.

SÉPTIMA – Las partes convienen en que las publicaciones de diversas categorías (artículos, folletos, etc.), así como las coproducciones y difusión objeto del presente instrumento, se realizará de común acuerdo.

Asimismo, convienen en que la titularidad de los derechos de propiedad intelectual e industrial que resulten de las acciones desarrolladas en el marco del presente convenio, corresponderá a la parte cuyo personal haya realizado el trabajo. Si son producto de un trabajo conjunto, las partes compartirán la titularidad de los derechos de acuerdo con su participación en las actividades. En todo momento las partes otorgarán el debido reconocimiento a las personas que participaron en el desarrollo de las mismas.

Para el caso de que alguna de las partes deseara utilizar en una publicación propia la información o resultados de una investigación proporcionada por la otra parte, deberá solicitar previamente a ésta una autorización escrita y ajustarse a las disposiciones lega-



Reg. OAJ UNI
Nº 078-2023

les en la materia. Queda expresamente entendido que las partes podrán utilizar los resultados obtenidos en las actividades amparadas por el presente instrumento, en sus tareas académicas y para los fines de difusión, desarrollo institucional y superación académica que corresponda.

OCTAVA – Las partes acuerdan que el personal o los miembros de cada una de ellas que sean designados para la realización conjunta de cualquier acción, continuará en forma absoluta bajo la dirección o dependencia de la parte con la que tenga establecida su relación laboral, independientemente de que sus servicios se presten en las instalaciones de la parte a la que fue asignada, por ende, cada una de ellas asumirá su responsabilidad por este concepto y en ningún caso se considerarán patrones solidarios o sustitutos. Si en la realización de un programa interviene personal que preste sus servicios a instituciones o personas distintas a las partes, éste continuará siempre bajo la dirección y dependencia de dicha institución o persona, por lo que su intervención no originará relación de carácter laboral ni con UFPB ni con UNI.

NOVENA – Queda expresamente pactado que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que pudiesen causarse recíprocamente por causas de fuerza mayor o casos fortuitos que pudieran impedir la continuación de las actividades previstas en el presente convenio o sus instrumentos derivados, pudiendo reanudarse en las mismas condiciones y circunstancias cuando desaparezcan las causas que motivaron su suspensión hasta su total conclusión.

DÉCIMA - Este acuerdo entrará en vigor a la fecha de su última firma y será válido durante un período de cinco (5) años, al término de los cuales podrá acordarse su renovación por períodos iguales, mediante comunicación por escrito de las partes y la suscripción del documento correspondiente. El presente Acuerdo se puede revisar o modificar en cualquier momento, por mutuo acuerdo firmado por los representantes autorizados de las partes. Las modificaciones obligarán a las partes a partir de la fecha de su firma. Asimismo este Acuerdo se podrá rescindir anticipadamente por cualquier de las partes, mediante aviso por escrito a la otra parte, con al menos tres (3) meses de antelación a la fecha determinada para tal efecto. Tal decisión no afectará las actividades académicas en desarrollo, que deberán continuar hasta su terminación conforme al programa, términos y calendario acordados originalmente.

DÉCIMA PRIMERA – El presente acuerdo se suscribe en un espíritu de buena fe y cooperación, razón por la cual las instituciones signatarias acuerdan resolver, por consulta amistosa, cualquier controversia derivada de la interpretación, formalización y cumplimiento del presente Acuerdo. En el caso de que no se pueda resolver la cuestión, la disputa se someterá a un arbitraje. Cada institución designará un miembro del comité de arbitraje y un tercer miembro se elegirá de común acuerdo.

Los representantes de las instituciones firman el presente Acuerdo General de Cooperación, elaborado en cuatro ejemplares originales, dos (2) en español y dos (2) en portugués, de igual forma y validez, en el lugar y fecha indicados.



Reg. OAJ UNI
Nº 078-2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Prof Valdiney Veloso Gouveia
Rector

João Pessoa, ____/____/____

Valdiney Veloso Gouveia
Rector - UFPB
Mat. SIAPE 63382349

UNIVERSIDAD NACIONAL DE INGENIERÍA

Dr. Pablo Alonso Lopez Chau Nava
Rector

Lima, 17/11/23



Reg. OAJ UNI
Nº 078-2023

Scanned with CamScanner